

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Título	Descrição	Ano
	LEI DE ABUSO DE		
	RESOLUÇÃO Nº 422	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELAS AUTORIDADES DE TRÂNSITO E SEUS AGENTES NA FISCALIZAÇÃO DE	2012
	LEI NO 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO	Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá	2002
	LEI NO 10.224, DE 15 DE MAIO DE	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.	2001
	LEI Nº 9.612, DE 2 D	Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para o	1999
	LEI Nº 9.507, DE 12	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.	1997
	LEI Nº 9.454, DE 7 D	Institui o número único do Registro de Identidade Civil e dá outras providências.	1997
	LEI Nº 9.455, DE 7 D	Define os crimes de tortura e dá outras providências.	1997
	LEI Nº 9.296, DE 24	Regulamenta o Inciso XVI, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. — A intercentação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza,	1996
	LEI Nº 9.051, DE 19	Dispõe sobre expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.	1995
	LEI Nº 8.666, DE 21 D	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras provi	1992
	LEI Nº 8.457, DE 4 D	Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.	1992
	LEI Nº 7.716, DE 05	Define os Crimes Resultantes de Preconceitos de Raca ou de Cor.	1989
	LEI Nº 7.116, DE 20 D	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SUA EXPEDIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	1982
	LEI Nº 3688, DE 03 D	LEI DE CONTRAVENTOES PENALIS	1941